

Qualidade de Vida em Palmela Operacionalização de um Conceito no Contexto da Gestão Autárquica¹

Alexandra Castro*

Elisabete Lopes**

Isabel Pato e Silva***

Ana Cristina Ferreira****

Resumo: O presente artigo resulta de uma pesquisa cujo objectivo fundamental visava analisar como se configuram diferentes níveis de qualidade de vida, através do tipo de correspondência entre aquilo que o território oferece (condições objectivas), a estrutura dos modos de vida, necessidades e expectativas das populações residentes em meio rural e urbano. Dá-se conta de um percurso metodológico que permitiu operacionalizar o conceito de qualidade de vida assente na conjugação de dois conceitos fundamentais: *condições de vida* e *modos de vida*. O modelo conceptual e analítico proposto, assume-se como instrumento de apoio à gestão municipal do território, em particular no domínio do ordenamento.

Palavras-chave: qualidade de vida; condições de vida; modos de vida; gestão autárquica

Introdução

O presente artigo pretende dar conta do quadro conceptual e metodológico de uma pesquisa desenvolvida no concelho de Palmela cujo objectivo fundamental visou analisar como se configuram e percebem diferentes níveis de qualidade de vida, através da análise da correspondência entre aquilo que o território oferece (condições objectivas), a estrutura dos modos de vida, necessidades e expectativas das populações residentes em meio rural e urbano e a forma como os indivíduos percebem a sua própria qualidade de vida. Toma-se como ponto de partida que a percepção e as práticas que os indivíduos desenvolvem assenta e simultaneamente modela a forma como gerem as oportunidades e constrangimentos entre as condições do meio e as suas aspirações. A opção conceptual-metodológica seguida neste estudo enquadra-se na problematização que é feita por Teresa

Costa Pinto, num artigo publicado neste mesmo número da revista.

No que concerne ao enquadramento entre o “rural” e o “urbano” – ainda que partindo de uma abordagem que ultrapassa a clássica dicotomia rural-urbano –, procurou-se aferir a expressão da ruralidade e urbanidade (enquanto condição do urbano) no território concelhio. Partiu-se, assim, da recolha de informação metodologicamente orientada nesse sentido, que pressupõe a aproximação à escala do aglomerado, ultrapassando-se a redutora distinção entre freguesias rurais e freguesias urbanas.

A Dificuldade de Medir a Qualidade de Vida

A operacionalização do conceito de qualidade de vida implica antes de mais que se façam opções metodológicas. De facto, muitos dos trabalhos

¹ O artigo resulta de uma pesquisa desenvolvida por uma equipa do CET entre Novembro de 2003 e Setembro de 2004 para a Câmara Municipal de Palmela/ Observatório Económico e Social (obs.econ.social@cm-palmela.pt) intitulado “Estudo sobre qualidade de vida e expectativas da população residente em meio urbano e rural”. Privilegiou-se uma composição multidisciplinar da equipa, envolvendo a sociologia, a economia e a geografia. O estudo contou ainda com a consultadoria de Teresa Costa Pinto.

* Socióloga, Investigadora do CET. Contacto: castro.alexandra@gmail.com

** Socióloga, Investigadora do CET. Contacto: maria.lopes@iscte.pt

*** Geógrafa, Investigadora do CET. Contacto: isabelpato@fl.ul.pt

**** Docente do ISCTE, Investigadora do CET. Contacto: cristina.ferreira@iscte.pt

desenvolvidos nesta área² têm procurado delimitar e precisar o sentido do conceito de qualidade de vida, já que se presta a interpretações muito diversas. De facto, este conceito associa-se usualmente às noções de bem-estar, felicidade, condições de vida, níveis de vida, ou então a listagens de variáveis e indicadores. Várias vezes se recorre a estas noções, como se fossem sinónimos, numa tentativa de resolução da sua não evidência, acabando por se gerar maior confusão, pois também eles também são complexos, multidimensionais e não directamente mensuráveis.

A necessidade de incorporar as dimensões subjectivas na abordagem da qualidade de vida, com todas as dificuldades que daí advêm, coloca ainda o problema da multidimensionalidade do conceito. Incorporar essa multidimensionalidade significa admitir e analisar perspectivas muito diversas, implicando enunciar cada dimensão e encontrar conceitos operativos para facilitar a sua medida.

Associado à dificuldade de definir o que se entende por qualidade de vida, acresce o desafio de construir um sistema de indicadores que possa medir com objectividade aquilo que é, por natureza, tão complexo e tão dependente das múltiplas representações sociais, necessidades e expectativas dos indivíduos e grupos sociais sobre qualidade de vida. O desafio está, exactamente, na difícil conciliação entre aspectos mais qualitativos e mais quantitativos, através do estudo e acompanhamento dos estilos e dos modos de vida das populações e dos grupos sociais.

Mas a esta exigência de cientificidade relacionada com a necessidade de um quadro conceptual que clarifique conceitos e sirva de guia e de critério de selecção das dimensões e indicadores, coloca-se uma outra também decorrente da dimensão científica dos indicadores sociais que, de alguma forma, tem condicionado os estudos comparativos da qualidade de vida. A captação da realidade através de estatísticas sociais e ambientais terá que cumprir uma série de requisitos na selecção e tratamento daquela informação, como se verá.

Outro aspecto ainda a salientar, decorre da divergência de posições relativamente às medidas da qualidade de vida que se pretendem produzir.

Uma das formas de medir a qualidade de vida passa pela construção de uma medida única traduzida num índice. Quando se utilizam medidas de tipo objectivo, o índice constrói-se através de um processo de agregação estatística, colocando-se o problema de estabelecer o peso que deve ter cada indicador. Estudos mais recentes, (mas também já em 1979 a UNESCO alertava para este facto) têm revelado os entraves ao conhecimento da realidade através da produção de uma medida única, pois o “todo seria muito diferente da soma das partes”, ou o “resultado final tenderia mais a obscurecer do que a revelar”.

Qualidade e Vida, Condições e Modos de Vida

O modelo conceptual e analítico proposto para a abordagem da qualidade de vida assenta na conjugação de dois conceitos fundamentais: *condições de vida e modos de vida*.

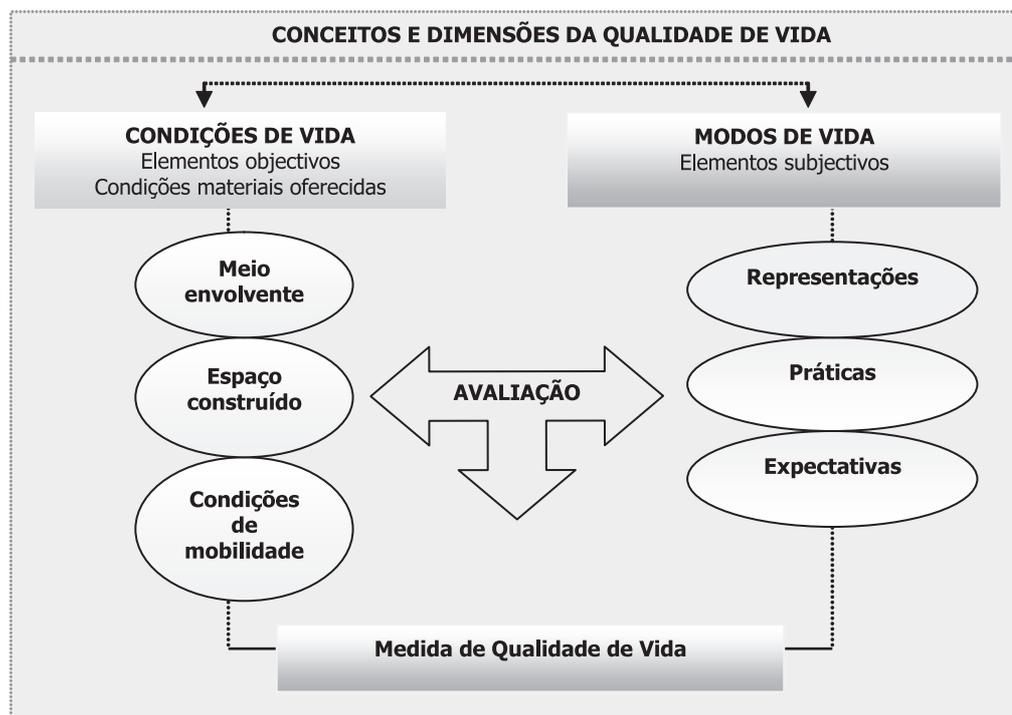
A enunciação deste modelo implica olhar a qualidade de vida como o resultado da conjugação de:

- Elementos que constituem o meio envolvente e que definem as condições de vida objectivas onde decorre a vida quotidiana dos indivíduos – meio social objectivo com certos atributos. Isto porque a actuação sobre qualquer elemento requer um conhecimento das reais condições, nem sempre coincidentes com as percepções sobre tal situação.
- Respostas dos indivíduos ao meio, respostas organizadas em modos de vida específicos que integram elementos subjectivos – representações, valores e aspirações – que definem distintos graus de satisfação face às necessidades. Incluem, ainda, as matrizes para a acção que traduzem a margem de manobra do indivíduo e a sua capacidade de decisão face aos recursos e constrangimentos³. De referir, a necessidade de aqui se compreender o que produz as diferenças de condições de vida, nomeadamente através da incorporação na análise dos recursos e características dos contextos territoriais.

² Para uma sistematização das várias abordagens que têm sido desenvolvidas Cfr. Setien (1993) e os estudos realizados pela Câmara Municipal do Porto (2001 e 2004).

³ Cf. entre outros Curie (1986), Guerra (1993) e Pinto (1992)

Fig. 1 – Conceitos e Dimensões da Qualidade de Vida



Parte-se de um modelo que aborda a qualidade de vida através de três pressupostos fundamentais de análise: a distinção entre aspectos materiais e imateriais, a distinção entre aspectos individuais e colectivos e a conjugação das dimensões objectivas e subjectivas.

Aspectos materiais e imateriais

Os aspectos materiais reportam-se às necessidades humanas básicas, ou seja, aquilo que é essencial para a vida humana (física, mental, espiritual ou social). São *universais* por estarem presentes em todos os indivíduos, mas o seu desenvolvimento e formas de satisfação são específicas no tempo, a grupos e a comunidades, devido ao processo de estruturação e transformação que todos os indivíduos realizam sobre as necessidades. Estas necessidades são *hierárquicas*, na medida em que se subordinam umas às outras e a hierarquização depende dos níveis de desenvolvimento, da comunidade e dos grupos sociais em que os indivíduos se encontram inseridos. Os aspectos imateriais assumem cada vez mais importância e relacionam-se com questões ligadas ao bem estar, ambiente, património entre outras.

Aspectos individuais e colectivos

O segundo pressuposto, que remete para a distinção entre aspectos individuais e colectivos, salienta a importância em conceber a qualidade de vida como um atributo colectivo que diz respeito a grupos situados num dado contexto geográfico. Existem, no entanto, aspectos mais relacionados com as condições de vida individual (condição económica, familiar...) e outros mais ligados a condições de vida colectiva (serviços e equipamentos...).

Aspectos objectivos e subjectivos

As dimensões objectivas e subjectivas são inerentes à discussão deste conceito. A primeira dimensão diz respeito às *condições objectivas* em que decorre a vida do sujeito e a segunda ao *sentimento, percepção e avaliação* que realiza face à satisfação dos seus desejos e necessidades, domínios estes socialmente construídos. Adoptar um modelo que apenas tenha em consideração uma destas dimensões teria necessariamente repercussões em termos do grau de profundidade dos trabalhos a desenvolver. Se se procurasse compreender a qualidade de vida apenas através do julga-

mento dos indivíduos face ao seu grau de satisfação seria muito redutor, pois as percepções são determinadas em parte pelas suas expectativas e aspirações, sendo estas influenciadas pelas experiências de vida e condições objectivas. Assim, a satisfação medida poderia reflectir como as pessoas se adaptaram às suas condições presentes, em detrimento da natureza destas condições. Torna-se, pois, importante compreender de que forma os recursos e condições individuais ou colectivas influenciam os seus níveis de satisfação (e idealmente, como estes níveis de satisfação podem ter repercussões no comportamento e assim afectar os recursos e condições).

A noção de qualidade de vida vai, assim, para além das condições de vida e das avaliações subjectivas para incorporar os objectivos e respostas que os indivíduos activam conscientemente para orientar o seu quotidiano. Verifica-se, pois perante o modelo apresentado, que a qualidade de vida é, por um lado, um processo dinâmico que implica uma relação não dicotómica entre o sistema e o actor, onde este ocupa um lugar central. Por outro lado, traduz-se pela diversidade de resultados que se podem procurar/alcançar, sempre dependentes dos contextos que condicionam e/ou facilitam os percursos dos indivíduos.

Desta forma, a qualidade de vida não se centra apenas nos resultados (parcialmente reflecte as escolhas que as pessoas fizeram) e nos julgamentos subjectivos (parcialmente reflecte adaptação), mas também nos recursos (os factores que condicionam, facilitam e constringem as opções) e nos constringimentos das várias áreas da vida quotidiana. As oportunidades oferecidas às pessoas, bem como as escolhas realizadas e os resultados observados (objectivos e subjectivos) são centrais. Como refere Faithy (2003), é a combinação destes elementos que configura uma determinada qualidade de vida, tornando necessária uma adaptação do processo de monitorização à mudança.

O modelo conceptual de qualidade de vida adoptado implica, assim, relacionar as condições de vida (materiais e não materiais, nível descritivo) com os modos de vida e dentro desta temática

torna-se importante captar: as práticas sociais (organização de respostas concretas às condições de vidas); as representações (representação das necessidades e dos desejos, organizados num sistema hierárquico e com conotações normativas) e as expectativas (formas concretas que se desejam para satisfazer as necessidades). De referir ainda que na temática dos modos de vida surgem como domínios importantes o lazer/tempo livre; as relações sociais e a vida familiar. Trata-se de domínios que não se enquadram nas condições de vida objectivas, por se referirem a aspectos (cruciais) de estruturação dos modos de vida das populações.

Definição de um caminho de pesquisa

A selecção das dimensões da qualidade de vida

A qualidade de vida dos indivíduos e dos territórios depende do “palco” onde se desenrola a sua vida quotidiana, ou seja, da casa, do bairro e das deslocações para o trabalho e equipamentos, mas também do que este quadro proporciona em termos de (re)construção das redes de sociabilidades. A diversidade de áreas, componentes ou domínios onde se desenrola a vida quotidiana dos indivíduos têm sido definida de formas diferentes⁴ e tal como a definição do próprio conceito de qualidade de vida a definição daquelas está longe de ter alcançado um consenso.

Para autores como Setién, as componentes da qualidade de vida “podem incluir desde a vasta lista de necessidades, recursos e valores individuais até à consideração das preocupações, problemas e objectivos sociais que configuram a política social” (Setién, 1993:62). Apesar da controvérsia que os posicionamentos e contributos teóricos para estudar a qualidade de vida têm vindo a revelar, alguns consensos básicos têm sido alcançados. Setién (1993:67) sistematiza-os da seguinte forma:

- A qualidade de vida divide-se em várias dimensões, não sendo um conjunto único e global;

⁴ Para um aprofundamento dos principais domínios que têm sido trabalhados para a análise da qualidade de vida ver “Estudo sobre qualidade de vida e expectativas da população residente em meio urbano e rural no concelho de Palmela”, 1.º Relatório Intercalar, Dezembro 2003.

- A medida deve abarcar todas as dimensões;
- As dimensões abarcam todos os aspectos da vida;
- A orientação fundamental deve centrar-se nos resultados, ainda que o conhecimento dos meios, possa ser um instrumento que apoia as interpretações.

De referir que a eleição dos domínios, bem como a definição daquilo que se entende por bem-estar e qualidade de vida, são culturalmente relativos e essencialmente normativos no seu carácter. É, neste sentido que Land refere que os indicadores sociais “são referenciados a normas”, pois são “medidas das circunstâncias de vida consensuais entre o público em geral que têm componentes significativas de más ou boas circunstâncias de vida” (Land, 2001:391). Face à complexidade e multidimensionalidade do conceito de qualidade de vida, acresce a dificuldade da sua operacionalização, o que remete para a necessidade de criar uma bateria de indicadores capaz de fazer o diagnóstico da situação e apontar tendências de desenvolvimento para uma intervenção mais eficaz.

O processo de selecção das dimensões para a análise da qualidade de vida, no contexto desta pesquisa, apoiou-se nas propostas apresentadas por Setién (1993) e por Fahey, *et al.*, (2003). Assim, as dimensões em análise incorporam os domínios adoptados em pesquisas mais tradicionais, mas também contemplam dimensões que se ancoram em perspectivas mais recentes que procuram adaptar o conceito a problemáticas emergentes (como por exemplo o ambiente, as relações sociais e a participação social). Tendo em conta a especificidade do território em análise – o concelho de Palmela – a selecção destas dimensões fundamentou-se, ainda, na análise das entrevistas realizadas aos informadores privilegiados. De facto, e comparativamente com a proposta de estudo apresentada, estas entrevistas revelaram a importância de serem acrescentados como dimensões de avalia-

ção da qualidade de vida o uso agrícola e florestal do território, a participação cívica e política e a segurança.

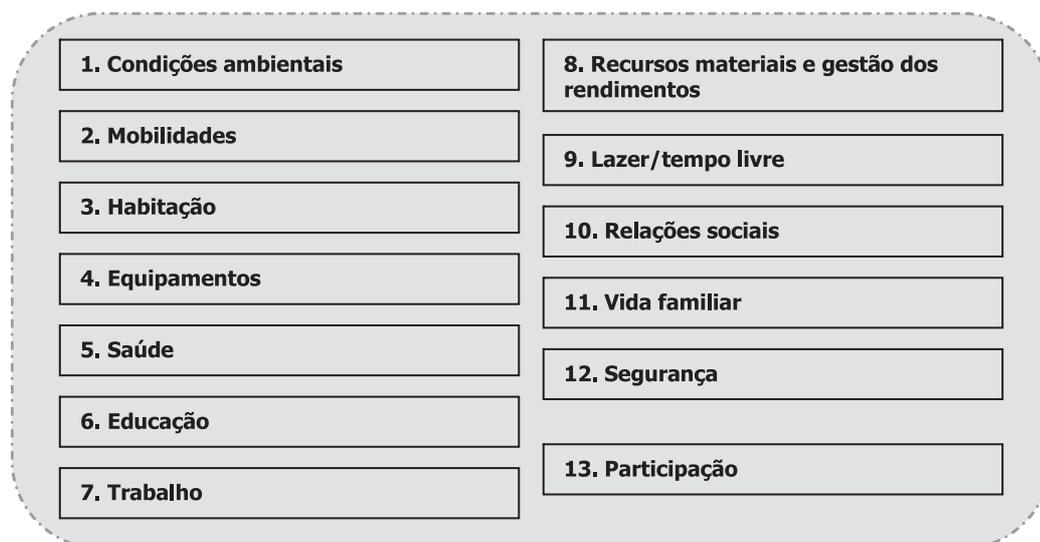
A selecção das dimensões da qualidade de vida procurou, ainda, reportar-se aos pressupostos do modelo de análise adoptado, acima enunciados, ou seja, procurou-se incorporar os aspectos materiais/imateriais, individuais e colectivos e os aspectos objectivos e subjectivos da qualidade de vida.

Por fim, considerou-se que as dimensões da qualidade de vida seleccionadas surgem como áreas-chave tanto para os territórios rurais como para os urbanos, embora a sua expressividade possa variar. Esta tem sido, aliás, a conclusão de estudos recentes sobre esta temática (Cfr. Anderson, 2004, entre outros). Por outro lado, vários autores têm alertado para a irrelevância que o debate em torno da especificidade dos modos de vida em meio urbano e rural tem vindo a assumir, dado o entrecruzamento dos espaços e das lógicas de produção e reprodução social (Guerra, 1991: 434)⁵. Janvie (1993) também partilha desta opinião, afirmando que cada vez se torna mais contestável a separação dos territórios em áreas rurais e urbanas, dada a sua interpenetração e interdependência.

Por outro lado, Rémy e Voyé demonstram que o espaço é “simultaneamente indutor e induzido” e que a análise dos laços existentes entre a morfologia do habitat e os aspectos socioeconómicos e sócio-afectivos da vida social “permite sublinhar o carácter não automático e não homogéneo destes [aspectos]” (Rémy e Voyé, 1992:167). A compreensão dos modos de espacialização da vida social implica atender ao “desenvolvimento da mobilidade sob diversas formas”, centrando a análise nas estruturas, ou ainda “nos agentes, na sua vida quotidiana, nas suas estratégias, nos modos de representação e de utilização dos espaços onde decorre a sua vida social.” (Rémy e Voyé, 1992:167).

⁵ Esta autora refere que nas análises mais clássicas, o conceito de modos de vida pressupõe uma articulação entre “modos de produção” e “modos de consumo”. Os modos de vida rurais e urbanos encontravam a sua especificidade e diferenciavam-se na sua articulação a estas duas dimensões. As pesquisas mais recentes sobre os modos de vida centram-se em dois aspectos fundamentais: por um lado, na análise das relações que as diferentes práticas quotidianas (trabalho, vida familiar, lazer, consumo...) mantêm entre si; por outro, as relações que o conjunto destas práticas mantêm com as relações sociais mais gerais.

Fig. 2 – Dimensões para a avaliação da qualidade de vida no concelho de Palmela



Assim, foram seleccionadas treze dimensões consideradas relevantes para a avaliação da qualidade de vida no concelho de Palmela. Vejamos como se revelam importantes independentemente do tipo de territórios. O desenvolvimento territorial implica gerar recursos materiais (dimensão 8), com o objectivo de fomentar o emprego/trabalho (dimensão 7). Para suportar estas necessidades é preciso níveis de escolaridade elevados e formação específica (dimensão 6). Para que as iniciativas para o desenvolvimento territorial tenham sucesso e para que os indivíduos consigam aceder a um conjunto de bens e serviços é preciso infra-estruturas e rede de transportes (dimensão 2). As condições ambientais que rodeiam o local de residência dos indivíduos influenciam o seu quadro de vida e a sua saúde, como também podem atrair actividades económicas (dimensão 1). Mas, garantir a qualidade de vida implica também garantir a segurança de pessoas e bens (dimensão 12) e boas condições habitacionais (dimensão 3), no sentido de fomentar e reforçar a vida familiar (dimensão 11), as relações sociais (dimensão 10) e a participação política e cívica (dimensão 13). Implica, ainda, uma boa rede

de equipamentos (dimensão 4), que sustente a educação e formação mas também a cobertura nas áreas da saúde e do lazer, uma vez que a qualidade de vida individual passa entre outros aspectos pelas condições de saúde e pelas estruturas de prevenção e tratamento da doença (dimensão 5), mas também por momentos de distração e libertação face ao trabalho pago e não pago (dimensão 9).

Esta leitura representa uma linha de raciocínio simplificada, uma vez que cada uma destas dimensões pode ser relacionada com as restantes em diversas combinações, atendendo à multiplicidade da realidade em análise.

Percursos metodológico para a operacionalização das linhas de pesquisa

A análise da qualidade de vida dos residentes em meio rural e urbano no concelho de Palmela passou pela construção de três linhas de pesquisa que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 1 – Linhas de pesquisa e técnicas de recolha de informação

Linhas de Pesquisa	Descrição	Técnicas de recolha de informação
I. Caracterização sociodemográfica	Caracterização da composição social e familiar da população: localização geográfica, sexo, estrutura etária, escolaridade, grupos profissionais, condição e situação perante o trabalho, tipo de família, dimensão do agregado familiar	Análise documental e estatística
II. Caracterização das condições de vida	Meio envolvente natural	Análise documental
	Espaço construído	Inquérito por questionário Entrevistas a interlocutores privilegiados
	Condições de mobilidade e comunicação	Observação directa
III. Caracterização dos Modos de Vida da População Residente	Perfil socioeconómico	Inquérito por questionário
	Percursos de mobilidade social, residencial e geográfica	Inquérito por entrevista
	Estrutura de ocupação dos tempos	
	Práticas de utilização de equipamentos socioculturais e de consumo	
	Satisfação residencial	Observação directa
Formas de enraizamento local – identidades territoriais		

Tendo em conta o modelo conceptual e analítico adoptado, a operacionalização das linhas de pesquisa contemplaram diferentes abordagens metodológicas no sentido de conjugar indicadores objectivos e as dimensões subjectivas na análise da qualidade de vida no concelho de Palmela.

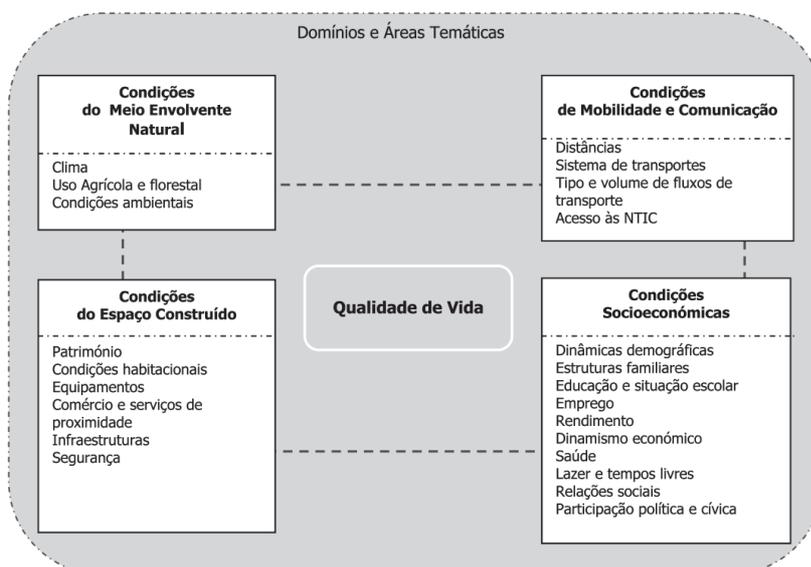
Matriz de Indicadores de Qualidade de Vida para a Análise Territorial (MIQVAT)

Um dos objectivos desta pesquisa traduziu-se na construção de uma matriz de indicadores de qualidade de vida para a análise territorial

(MIQVAT) centrada, num primeiro momento, na caracterização das condições de vida dos contextos rurais e urbanos do concelho de Palmela.

Os quatro grandes grupos de condições de vida correspondem a domínios e áreas temáticas e implicaram a selecção de diversos indicadores (que mereceram um exame e uma discussão metodológica), tal como se indica na figura seguinte. Os dados recolhidos através do questionário permitiram, ainda, em alguns casos complementar a informação relativa às condições objectivas fornecida pelas estatísticas disponíveis, quer no que se refere aos indicadores, quer ao nível de desagregação geográfica dos mesmos.

Fig. 3 – Domínios e Áreas Temáticas para a construção da MIQVAT



Incluíram-se ainda nesta matriz, indicadores mais subjectivos, extraídos do questionário aplicado, que dão conta do ponto de vista dos actores sociais. A título de exemplo refira-se que para cada uma das dimensões identificadas na figura 2 se recolheu informação sobre o grau de satisfação dos indivíduos.

Este instrumento permite conjugar indicadores descritivos que proporcionam um conhecimento quantitativo e evolutivo sobre os vários domínios das condições de vida e dos processos sociais; indicadores normativos de bem-estar que traduzam metas ou objectivos sociais consensuais e indicadores de satisfação que medem a realidade subjectiva, ou seja, a lógica da satisfação das necessidades. Estas últimas, referem-se aos significados que os indivíduos/grupos atribuem aos diferentes domínios e à percepção que os mesmos têm da qualidade de vida.

A figura seguinte ilustra a forma como foi possível operacionalizar a análise da qualidade de vida. Os domínios apresentados correspondem às linhas de pesquisa II e III, em alguns dos seus desdobramentos (cf. Quadro 1).

comparações temporais (passado, presente e expectativas); comparações sociais (grupo de pertença e outros grupos); nível das aspirações; nível das necessidades. Esta perspectiva é tanto mais importante quanto ultrapassamos a dimensão meramente individual para nos aproximarmos da dimensão relacional dos indivíduos, enquanto actores inseridos em diferentes contextos relacionais, no quadro dos quais vivem e interpretam a realidade.

Uma última referência explicativa ao modelo apresentado refere-se à distinção estabelecida entre “avaliação” e “percepção”. A primeira distingue-se da segunda por se tratar de um julgamento, efectuado pelo indivíduo, assente na importância que determinado(s) factor(es) objectivo(s) assume(em) na estrutura do seu modo de vida.

Assim concebida, a MIQVAT para além de conter um conjunto de indicadores estatísticos que nos permitem perceber grandes assimetrias e dar conta do nível macro e estrutural, também possibilita a aproximação às dimensões subjectivas: modos de vida, forma como se vê o território, o espaço residencial e o próprio alojamento, mas também como os indivíduos o sentem, vivem e par-

Fig. 4 – Modelo operativo para a construção da MIQVAT



Fonte: Adaptado de Marans, R. (2003)

De referir, ainda, que para cada um dos domínios identificados se estabelece um conjunto de *standards* de comparação que tendem a influenciar a percepção e a avaliação da diferença entre aspirações e satisfação. Estes *standards* referem-se a:

tilham. Por outro lado, o confronto entre as condições objectivas que o território oferece e as dimensões subjectivas procedentes da inquirição dos indivíduos, permite balizar a interpretação dos resultados.

As Fases de Construção da MIQVAT

Numa primeira fase, para além de se ter clarificado em termos teóricos o modelo conceptual e analítico e de se ter feito uma primeira selecção das dimensões, áreas e domínios temáticos da qualidade de vida, procurou-se discutir os domínios seleccionados para avaliar a qualidade de vida, através das respectivas metas. Tratou-se, no fundo, de identificar os indicadores normativos de bem-estar, ou seja, aqueles que medem objectivos ou metas sociais fundamentais e consensuais tornando possível uma interpretação positiva ou negativa da situação, ou seja, indicando a direcção correcta ou incorrecta de uma dada dimensão.

Numa segunda fase, procurou-se, através de entrevistas a informadores privilegiados identificar, na óptica dos interlocutores, as principais componentes da qualidade de vida no concelho e aferir com a equipa técnica de acompanhamento da autarquia a pertinência de todas as componentes entretanto seleccionadas.

O terceiro momento, foi marcado pela recolha da análise documental e estatística de cada uma das áreas seleccionadas, sendo o tratamento desta informação o que dá corpo às quatro grandes áreas das condições de vida no concelho de Palmela. De referir que os dados recolhidos tiveram como fontes as estatísticas disponíveis, estudos elaborados para a autarquia no âmbito da elaboração de instrumentos de planeamento, os quais utilizaram fontes de informação oficial e/ou inquéritos temáticos, e os instrumentos de recolha de informação aplicados no âmbito do estudo que aqui se apresenta.

Para avaliar, em termos relativos, a realidade do concelho de Palmela nos diferentes domínios da qualidade de vida, optou-se por inserir na análise dois concelhos posicionados nos dois extremos do gradiente rural – urbano a nível nacional⁶. Os dois concelhos seleccionados foram Setúbal e Viana do Alentejo, inscrevendo-se o primeiro na categoria de concelhos com características marcadamente urbanas e o segundo nos de característi-

cas mais rurais. Por outro lado, trata-se dos concelhos que, dentro da tipologia adoptada, se encontram mais próximos em termos geográficos do concelho de Palmela.

Potencialidades e constrangimentos da MIQVAT

São múltiplas as potencialidades apresentadas pela MIQVAT como instrumento de apoio à gestão autárquica. Por um lado, permite dar conta da multiplicidade e complexidade das dimensões da qualidade de vida e compreender e apontar tendências futuras para uma intervenção mais eficaz. Por outro lado, permite a construção e/ou actualização do diagnóstico da situação concelhia nas várias áreas e domínios temáticos seleccionados, mas também uma medição com objectividade das tendências do desenvolvimento e das mudanças em curso.

A MIQVAT serve também os propósitos de um instrumento de monitorização da qualidade de vida através de indicadores que permitem apoiar a tomada de decisões por parte das autarquias no que se refere aos domínios de actuação, estratégias e prioridades.

Esta matriz de indicadores para além de conter um conjunto de indicadores estatísticos que permite perceber assimetrias nos diferentes territórios concelhios (dando conta do nível macro e estrutural), também possibilita a aproximação às dimensões subjectivas: modos de vida, forma como se vê o território, o espaço residencial e o próprio alojamento, mas também como os indivíduos o sentem, vivem e partilham (dando conta do ponto de vista dos actores sociais).

De referir, ainda, que a natureza da dinâmica dos processos de (re)construção e (re)apropriação do quadro de vida dos residentes implica um processo de monitorização que envolve uma constante re-actualização de dados e indicadores, pelo que a implementação da MIQVAT não constitui o en-

⁶ O estudo realizado pelo ISS (2005) revelou a diferenciação em termos rurais e urbanos dos concelhos de Portugal Continental. Para o efeito seleccionaram-se 15 indicadores repartidos por 4 domínios (dimensão dos lugares/povoamento; dinâmica demográfica; actividades económicas; infra-estruturas e equipamentos). A aplicação da análise factorial permitiu identificar ao nível do continente 5 grupos de concelhos. Nesta tipologia, o concelho de Setúbal inclui-se no tipo que se caracteriza por integrar as maiores cidades do país, por apresentar níveis de qualificação do emprego elevados e forte integração na rede TV cabo. O concelho de Viana do Alentejo integra-se no tipo mais rural, em que a grande maioria da população vive em aglomerados com menos de 5000 habitantes, é envelhecida, o trabalho agrícola ainda é relevante, apresenta défice de população qualificada e défice de infra-estruturas de telecomunicações.

cerramento de um processo, mas um ponto de partida para o mesmo.

Algumas dificuldades têm condicionado os estudos comparativos da qualidade de vida, no que se refere à sua captação através de estatísticas sociais e ambientais. Entre os obstáculos encontrados nesta pesquisa destacam-se a frequente inexistência/indisponibilidade de informação relativa a séries temporais e unidades territoriais analiticamente compatibilizáveis, assim como a inconformidade dos conceitos e procedimentos de recolha aplicados pelas diferentes entidades. Por outro lado, esta pesquisa também se deparou com a impossibilidade de realizar em tempo útil a recolha de dados referentes a alguns indicadores encarados como pertinentes, pese embora a sua contemplação para o acompanhamento futuro da qualidade de vida no concelho. Desta forma, optou-se por apresentar uma MIQVAT “ideal”, contemplando os indicadores considerados pertinentes para a monitorização da qualidade de vida e a MIQVAT “possível” com a operacionalização dos indicadores aferíveis face aos constrangimentos acima expostos.

Por outro lado, a natureza deste estudo reporta-se a um território intra-concelhio pelo que a identificação e avaliação das condições de vida apela para um nível de registo e sistematização de informação à escala concelhia e do aglomerado. Refira-se a este propósito que grande parte da informação relativa à utilização e ou ocupação de lugares concretos⁷, resultou de estatísticas concelhias elaboradas ou recolhidas pelo Observatório Económico e Social da Câmara Municipal de Palmela. Estas estatísticas (embora resultantes de um importante trabalho de recolha e sistematização de informação proveniente de fontes muito diversas internas e externas à Câmara Municipal) são, naturalmente exíguas, face à natureza e diversidade dos indicadores contemplados na MIQVAT, o que em última análise justifica a necessidade deste estudo.

O Inquérito por Entrevista

Objectivos das entrevistas e definição dos perfis empíricos de entrevistados

O recurso às entrevistas em profundidade revelou-se pertinente no contexto deste estudo, por se pretender uma análise do sentido que os actores sociais dão às suas práticas e a determinados domínios da qualidade de vida. Concretamente, o objectivo passava por compreender o grau de satisfação relativamente aos equipamentos e serviços de suporte às necessidades dos modos de vida de determinados tipos de família e aprofundar as dimensões mais subjectivas que definem a qualidade de vida individual, por um lado, e a percepção desta em termos territoriais (local de residência e concelho), por outro.

Ainda que a questão da quantidade de entrevistas não fosse importante no contexto da metodologia adoptada – qualitativa e de nível exploratório –, era importante que os entrevistados traduzissem uma diversidade de perfis⁸ para garantir uma certa extensividade face aos objectivos propostos. Dado o número de entrevistas possíveis de realizar, não foi possível nem a saturação da informação por perfil, nem a comparação entre perfis. A informação recolhida apenas permitiu, identificar pistas para a lógica social de cada perfil seleccionado, isto é, os traços que os caracterizam os singularizam bem como, os traços diferenciadores de práticas e representações dos residentes em meio rural e urbano.

O Inquérito por Questionário

O objectivo geral do questionário foi o de compreender o quadro de condições de vida dos inquiridos tendo em conta as seguintes dimensões: situa-

⁷ Informação relativa a um conjunto vasto de indicadores das condições e das dinâmicas de transformação do território, que vão a título de exemplo, desde o número de assistentes a alguns espectáculos ao número de licenças de habitação em localidades específicas.

⁸ Foram realizadas 21 entrevistas a indivíduos pertencentes a agregados compostos por casais com filhos e sem filhos, famílias alargadas e indivíduos isolados. Para a selecção dos perfis de entrevistados tomou-se como ponto de partida a idade e condição perante o trabalho do entrevistado. No que toca à condição perante o trabalho, foram considerados dois grandes grupos constituídos pelos activos - considerando-se neste caso se a sua actividade profissional se realiza dentro ou fora do concelho – e os inactivos residentes no concelho. Relativamente à idade estabeleceram-se como critérios de selecção: jovens dos 18 aos 25 anos que ainda residem com os pais; indivíduos em idade activa (dos 30 aos 60 anos) e indivíduos com mais de 65 anos. No perfil dos entrevistados inactivos foram entrevistados jovens que ainda residem com os pais e que frequentam actualmente o ensino superior. Foram ainda entrevistados desempregados há mais de um ano cuja profissão anterior se situa no grupo profissional dos trabalhadores desqualificados. Ainda no grupo dos inactivos, foram entrevistados indivíduos reformados cuja profissão anterior se situa nos grupos de profissões qualificadas e não qualificadas. A distribuição do número de entrevistas realizadas por perfil foi estabelecida com base na análise estatística dos diferentes grupos considerados e da sua localização geográfica.

ção escolar e educação, trajectória profissional e trabalho, recursos materiais e gestão dos rendimentos, trajectória residencial e habitação, condições ambientais, segurança, saúde, equipamentos, condições de mobilidade, identidade territorial participação política e cívica, lazer e tempo livres e relações sociais.

Para além deste grande objectivo, procurou-se captar elementos sobre o significado que os inquiridos atribuem à expressão “qualidade de vida” e os requisitos positivos e negativos para a qualidade de vida em geral, para a do próprio indivíduo e para a do concelho de Palmela.

No que toca à amostra, construiu-se uma amostra representativa do concelho⁹ e uma vez que um dos objectivos fundamentais deste estudo foi abarcar a diversidade do território concelhio, concretamente no que concerne à diferenciação entre áreas urbanas e rurais, foram considerados dois *estratos* na base geográfica concelhia:

- o primeiro, corresponde ao território onde se inscrevem os aglomerados com perímetro urbano definido e pertencentes à rede urbana principal (Palmela, Pinhal Novo, Quinta do Anjo, Poceirão e Águas de Moura);
- o segundo, corresponde ao restante território, incluindo os aglomerados pertencentes à rede urbana secundária e aos aglomerados de cariz marcadamente rural.

Para o segundo *estrato* do território concelhio, seleccionou-se um conjunto de critérios para a realização de uma análise de *clusters* com vista à tipificação dos aglomerados e posterior selecção da população a inquirir. Contudo, o elevado número de casos atípicos tornou impossível a prossecução deste procedimento, uma vez que os recursos afectos a esta pesquisa não comportarem tão vasta diversidade. Deste modo, a selecção dos lugares a inquirir (após o abandono da análise de *clusters*), contemplou critérios que privilegiam características, dinâmicas de transformação e localização e decorreu da utilização de indicadores clássicos. O índice de envelhecimento, o número de novos edifícios por lugares segundo o ano de licença de construção entre 1991 e 2001 e o “nível” de isolamento, este último definido a partir da localização relativa de cada aglomerado face à rede de nú-

cleos urbanos do concelho. A estratificação territorial da amostra, remete para uma situação de compromisso relativamente à representatividade estatística em sentido estrito, pelo que a extrapolação da realidade retratada a partir da aplicação do questionário para o universo em estudo (o concelho) merece cuidados.

Seguindo o critério de partida de dissociação entre aglomerados urbanos (aos que se acrescentam os mais dinâmicos atrás referenciados), optou-se por dicotomizar os pesos relativos entre subespaços, inquirindo 50% dos indivíduos em aglomerados marcadamente urbanos e em transição e 50% dos indivíduos em aglomerados marcadamente rurais. O número de indivíduos a inquirir foi estimado em função do peso da população total de cada aglomerado face ao total do conjunto de aglomerados seleccionados como *representativos* do concelho.

Notas finais

O modelo conceptual e analítico proposto assume-se como um instrumento de apoio à administração municipal no sentido de poder aperfeiçoar a eficácia dos instrumentos e das políticas municipais, em particular no domínio do ordenamento. Esta potencialidade decorre dos outputs conseguidos com este estudo em termos de *diagnóstico*, com importantes implicações para o conhecimento e *monitorização* do (re)equilíbrio das dinâmicas territoriais.

De uma forma sistemática é possível enunciar os principais resultados alcançados com o modelo atrás descrito:

- Possibilitar a permanente actualização de indicadores sociodemográficos, permitindo uma *focagem geográfica* a diferentes escalas, que traduz de modo mais claro a diversidade do território concelhio em diferentes dimensões (materiais e imateriais), revelando deste modo os *focus* territoriais e os domínios sociais sobre os quais se torna importante actuar de modo directo ou indirecto e/ou aprofundar o conhecimento.

⁹ Esta amostra tem um erro máximo admissível de 4% e uma confiança de 95%, sendo a sua dimensão de 596 indivíduos.

- Identificar percursos residenciais e expectativas de permanência e/ou de mobilidade geográfica e residencial, tendo em conta que a satisfação residencial pode ser encarada como elemento analítico das percepções, avaliações e atitudes face ao local de residência, uma forma de analisar a construção de identidades socioespaciais e de formas de enraizamento local.
 - Identificar percursos residenciais que permitem verificar a capacidade concelhia para atrair população (no caso dos novos residentes)
 - Identificar a curto e médio prazo expectativas de permanência residencial e as motivações subjacentes a essa intenção
 - Identificar a curto e médio prazo expectativas de mobilidade geográfica e/ou residencial permitindo aferir a capacidade concelhia para a fixação dos seus residentes num duplo sentido:
 - a) dentro do concelho (inter ou intra-freguesias)
 - b) para fora do concelho
 - Aferir o grau de satisfação residencial a diferentes escalas:
 - a) nível micro (local/freguesia de residência)
 - b) nível macro (concelho de residência)
 - c) nível objectivo (condições oferecidas pelo território)
 - d) nível subjectivo (relações de vizinhança, enraizamento, condições de acesso e grau de satisfação com os equipamentos e serviços)
 - Identificar a estrutura dos modos de vida da população residente nos contextos rurais e urbanos do concelho, no que se refere às *práticas, representações e expectativas* dos indivíduos/grupos tendo em conta a distribuição e gestão dos rendimentos, dos tempos e das actividades da vida quotidiana (trabalho, educação, consumo, lazer, relações sociais, mobilidade).
 - Analisar a relação existente entre expectativas de mobilidade social (por exemplo por via do aumento das qualificações escolares) e geográfica e os níveis de oferta de equipamentos e serviços, bem como as condições de acessibilidade física e económica oferecidas.
 - Definir o perfil das práticas de lazer tendo em conta a análise do grau de correspondência entre a oferta de equipamentos e serviços (conforto) e as necessidades expressas pela população.
 - Compreender o papel do associativismo local no enraizamento dos moradores à sua localidade e na definição de perfis de consumo culturais locais.
 - Analisar as percepções da população sobre a qualidade do território onde residem, procurando identificar as suas expectativas face à evolução da qualidade de vida no concelho.
- A abordagem aqui apresentada constitui, ainda, um importante instrumento de (re)avaliação da actuação e gestão municipal, abrindo linhas de orientação para a sua monitorização e permitindo deste modo acurar os instrumentos e a política municipal, nomeadamente no que se refere:
- À concertação da matriz de indicadores relevantes para avaliar a qualidade de vida em contextos territoriais intra-concelhios.
 - Ao ajustamento das propostas de planeamento e gestão às assimetrias territoriais em termos de condições materiais de existência.
 - À adequação de estratégias de planeamento e intervenção às diferentes necessidades do território concelhio estabelecendo níveis de prioridade e meios diferenciados que tenham em conta a diversidade de modos de vida da população.
- Por fim, a produção e a adequada divulgação de informação sobre a qualidade de vida pelas autarquias, permite aprofundar o conhecimento acerca dos modos de vida da população (na sua dimensão objectiva e subjectiva e numa perspectiva diacrónica), constitui uma base para o aprofundamento do debate público e da participação social.

Referências Bibliográficas

- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 2001, *A qualidade de vida urbana. Perspectivas e práticas de intervenção*, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES, 2000, *L'Audit Urbain. Vers un referential pour mesurer la qualité de la vie dans 58 villes européennes*, Luxemburgo, Office des Communautés Européennes
- CURIE, J. et al., 1986, "Comment Saisir les modes de vie des familles" in *L'Éspirit des Lieux*, Paris, CNRS,
- FAHEY, T.; NOLAN, B.; WHELAN, C. T., 2003, *Monitoring Quality of Life in Europe*, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Economic and Social Research Institute, Dublin
- GUERRA, I., 1991, *Changements urbains et modes de vie dans la péninsule de Setúbal de 1974 a 1986*, thèse pour le doctorat en sciences sociales appliquées au développement, Tours (Policopiado).
- GUERRA, I., 1993, "Transformações urbanas e modos de vida na Península de Setúbal, 1974/ 1986", in *Estruturas Sociais e desenvolvimento, Actas do II Congresso de Sociologia, volume 1*, pp.836-862.
- GUERRA, I., 2000 (coord.), *Qualidade de Vida nas Periferias*, Relatório de Investigação, FCT/CET.
- ISS, IP, 2005, Tipificação das Situações de Exclusão e Portugal Continental, disponível em <http://panda.igeo.pt/pancd/pdfs/Exclusao.pdf>
- JANVIE, Y., 1993, "L'intégration des villes et des campagnes" in KAISSES, B. *Naissance des nouvelles campagnes*, Paris, Ed. L'Aube.
- LAND, K. C., 2001, "Models and indicators", *Social Forces*, Vol. 80, n.º 2.
- MARANS, R., W., 2003, "Washtenaw and Detroit area study: a progress report on quality of community life" in the county in <http://www.tcaup.umich.edu/workfolio/DAS2001/washlanduse.pdf>
- MARTINS, I., SANTOS, L.D. (coord.), 2003, *3.º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana*, CM do Porto, Gabinete de Estudos e Planeamento
- PINTO, T. C., 1992, Modelos de habitat, Modos de Habitat: dinâmica individual e imaginário social na produção clandestina do habitat, PAPCC, ISCTE (policopiado)
- PINTO, T. C., 2001, "Qualidade de vida. Um conceito de difícil gestão sociológica" in Câmara Municipal do Porto, 2001, *A qualidade de vida urbana. Perspectivas e práticas de intervenção*, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- PINTO, T. C., 2004, "Qualidade de Vida. Reflexões e debates em torno de um conceito", *Cidades. Comunidades e Territórios n.º 9*, CET/ISCTE
- RÉMY, J. e VOYÉ, L., 1992, *A Cidade: Rumo a uma nova definição*, Edições Afrontamento, Porto
- SÉTIEN, L., 1993, *Indicadores sociales de calidad de vida. Un sistema de medición aplicado al País Vasco*, Centro de Investigacions Sociológicas, Madrid.